

Mercado de trabalho: quatro enfoques em busca de um paradigma

ANDRÉS SOLIMANO *

Este trabalho propõe-se a examinar diversos modelos e enfoques relativos ao mercado de trabalho. Iniciamos com o estudo das teorias neoclássicas, tanto em suas versões tradicionais, pré-keynesianas, como nos novos-clássicos. A abordagem keynesiana é analisada do ponto de vista da teoria do desequilíbrio, com algumas racionalizações mais recentes sobre rigidez de preços e de salários, terminando com os modelos neokeynesianos. Em seguida, são analisadas as hipóteses principais do que seria um modelo neomarxista do mercado de trabalho. Por fim, é estudado o enfoque dos mercados de trabalho segmentados, com o exame de diversas hipóteses sobre a natureza da segmentação, e a especificação de modelos formais de economias com mercados duais de trabalho. O estudo termina com uma comparação das diversas abordagens e identificação de "áreas de ignorância" no assunto.

1 — Introdução

O mercado de trabalho é uma área de "problemas", tanto a nível teórico como a nível de política econômica. Como não há um consenso sobre as hipóteses que explicam seu funcionamento ou sobre a qualidade de seu desempenho, deparamo-nos com uma variedade de hipóteses e modelos dificilmente encontrada em outras áreas da teoria econômica. Como entender os mercados de trabalho? Como se determina o nível de salários reais e de emprego nas diversas abordagens do mercado de trabalho? Como funciona o mecanismo de salários e preços, quando empresas e trabalhadores vêem frustradas suas decisões de vendas e de oferta de trabalho? Existe um bem homogêneo chamado trabalho, ou este é heterogêneo e os mercados de trabalho são segmentos com mecanismos basicamente diferentes de determinação dos salários e do emprego? Que mecanismos — salários reais, emprego, força de trabalho, "exércitos de reserva" — têm maiores possibilidades de se ajustar ao mercado de trabalho e em que

[Nota do Editor: Tradução não revista pelo autor.]

* Do Banco Mundial.

período de tempo operam? Como os neoclássicos e os keynesianos especificam o mercado de trabalho? Esta especificação é basicamente diferente da dos neomarxistas e dos segmentacionistas? O desemprego é voluntário ou involuntário? Estas e outras perguntas se acham no centro da discussão sobre enfoques alternativos para o estudo dos mercados de trabalho e constituem as questões que este trabalho se propõe a examinar.

O trabalho está dividido em cinco seções. Na Seção 2 é estudado o modelo neoclássico, em suas duas variantes: *a)* a pré-keynesiana, que enfatiza tanto o caráter voluntário do desemprego como o papel eficiente dos preços e salários e os mecanismos corretores de desequilíbrios; e *b)* a nova teoria clássica, que destaca o papel da incerteza e da informação imperfeita como mecanismo gerador de flutuações da produção e do emprego no ciclo econômico, em um contexto de desemprego voluntário, porém com custos sociais.

Na Seção 3, o modelo keynesiano é estudado com seus resultados de desemprego involuntário. Dá-se atenção especial à existência de sinais de quantidade, em um contexto de preços e salários rígidos, em que os agentes econômicos vêem frustrados seus prognósticos de trabalho e vendas. Em seguida, discutem-se brevemente recentes racionalizações de rigidez de preços e salários, tanto reais como nominais, e especificações neokeynesianas do mercado de trabalho.

Na Seção 4, é apresentado um modelo do tipo marxista, em que os salários reais são fixados exogenamente, a um nível de subsistência ou convencional. São discutidos, além disso, os papéis exercidos pelos diferentes modos de produção e dos exércitos de reserva como provedores de força de trabalho para o setor capitalista da economia.

Na Seção 5, é estudada a abordagem dos mercados de trabalho segmentados, com discussão de diversas hipóteses relativas à origem da segmentação, sua ligação com as diferenças igualadoras nos salários e a estabilidade da segmentação no tempo. Em seguida, apresenta-se um modelo formal de desemprego em uma economia com entrada livre no mercado de trabalho informal e incerteza sobre as oportunidades existentes no setor formal ou protegido da economia. A seção termina com um modelo de determinação de salários e emprego no ciclo econômico, em economias com uma estrutura dual do mercado de trabalho. Os dois modelos tentam explicar com mais rigor alguns aspectos cruciais do funcionamento dos mercados de trabalho segmentados.

O trabalho termina com uma seção de síntese e de avaliação, onde estão resumidas as perguntas comuns a cada enfoque, as respostas proporcionadas por cada um e as dificuldades analíticas subjacentes às diversas explicações associadas a cada abordagem.

2 — Enfoques neoclássicos

2.1 — O modelo clássico pré-keynesiano: Pigou, Clay

Na discussão dos enfoques neoclássicos sobre o mercado de trabalho, é útil distinguir entre a teoria pré-keynesiana do mercado de trabalho — associada principalmente a Pigou (1933) e Clay (1929) —, que enfatiza o pleno emprego como estado normal de funcionamento da economia, e o enfoque da nova teoria clássica do mercado de trabalho — associada a Phelps (1970), Friedman (1968), Lucas (1973) e Lucas e Rapping (1969) —, que, embora mantendo as hipóteses de equilíbrio no mercado de trabalho, enfatiza o papel da incerteza e da informação imperfeita na geração de flutuações do emprego durante o ciclo econômico.

No modelo clássico, o nível de emprego é determinado pela igualdade entre demanda e oferta de trabalho. O mais importante desta definição é que ela exclui a possibilidade de desemprego involuntário na economia.

Neste modelo, a oferta de trabalho deriva-se da maximização de utilidades pelo indivíduo, que tem uma relação positiva com o consumo de bens e o lazer (o qual depende negativamente do número de horas de trabalho). A demanda de mão-de-obra é determinada, por sua vez, pela maximização do lucro das empresas sujeitas a uma restrição tecnológica dada pela função de produção.

O equilíbrio clássico do mercado de trabalho apresenta estas três propriedades fundamentais:

- a) existe pleno emprego, ou seja, todos os trabalhadores que se oferecem, ao salário real vigente, encontram emprego;
- b) os trabalhadores igualam seu salário real ao custo marginal do trabalho (valorização do lazer sacrificado), ou seja, maximizam sua função de preferências (utilidade); e
- c) as empresas igualam o produto marginal do trabalho ao salário real, maximizando seus lucros.

Dentro das condições acima, não existe lugar, segundo os clássicos, para o desemprego involuntário, e a única fonte de desemprego seria a existência de um salário real acima do de equilíbrio. Além disso, o salário real é o mecanismo que equilibra o mercado de trabalho. Os clássicos supunham também que a velocidade de ajuste dos salários reais deveria também ser muito rápida, para assegurar sempre a existência do pleno emprego.

Assim, as implicações de política econômica desta abordagem são exclusivamente no sentido de aperfeiçoar o funcionamento do mercado de trabalho, eliminando os fatores que interferem no mecanismo de salários reais

(como impostos à mão-de-obra, leis de estabilidade, salário de desemprego, etc.).

O modelo neoclássico do mercado de trabalho tem sido objeto de, pelo menos, dois tipos de críticas:

a) uma do tipo keynesiano, que questiona as hipóteses-chave do modelo clássico, ou seja, o caráter voluntário do desemprego; em outras palavras, a existência do equilíbrio (walrasiano) no mercado de trabalho e a plausibilidade do mecanismo de salários reais como fator de equilíbrio deste mercado, principalmente no curto prazo; e

b) um segundo tipo de crítica concentra-se na relevância empírica das previsões do modelo neoclássico sobre a relação negativa entre salários reais e emprego no ciclo econômico. A evidência empírica, em geral, mostra que os salários reais são pró-cíclicos ou, pelo menos, independentes do ciclo [ver Geary e Kennan (1982)].

2.2 — O novo modelo clássico: Phelps, Friedman, Lucas

Deixando a próxima seção para o enfoque keynesiano (crítica a), analisaremos agora como a nova abordagem clássica, originada em fins da década de 60 com os trabalhos de Phelps, Friedman, Lucas e outros, é responsável pelo segundo tipo de críticas ao enfoque clássico tradicional e busca explicar as regularidades empíricas observadas na relação entre salários reais, emprego e produto.

As regularidades empíricas que o novo modelo clássico busca explicar referem-se a:

a) a observação, associada a Dunlop (1938), de que os salários reais tendem a mover-se pró-cíclicamente, isto é, tendem a aumentar quando o emprego e a produção aumentam (ou aceleram sua taxa de crescimento) e tendem a diminuir quando o crescimento da produção e do emprego se desacelera (é interessante notar que Keynes (1936) também previu, do mesmo modo que os clássicos, um movimento contracíclico dos salários reais);

b) o movimento pró-cíclico da produtividade média, o que contraditaria a lei de rendimento decrescente do trabalho; e

c) a variação menor dos salários reais em relação à variação do emprego no ciclo econômico.

No novo modelo clássico, a oferta de trabalho surge da maximização da utilidade, mas, neste caso, em um horizonte intertemporal de vários períodos (para simplificar, foram reduzidos a dois). Os argumentos da função de utilidade são: consumo presente, consumo futuro, trabalho presente e trabalho futuro. A restrição orçamentária com que se depara o indivíduo

é de riqueza, a qual assinala que o valor presente do consumo não deve exceder o valor presente de sua renda proveniente do trabalho presente e futuro e da riqueza inicial.

A oferta de trabalho que resulta da solução do problema apresentado depende agora não apenas dos salários correntes, como também dos salários futuros, subtraindo-se as rendas atuais, mais a riqueza inicial. Segundo esta função de oferta, um aumento dos salários correntes, com relação aos salários futuros, levará ao aumento da oferta de trabalho no presente, pois as pessoas imaginam que amanhã ganharão relativamente menos, pelo fato de os salários atuais estarem anormalmente altos com relação à sua tendência (o salário esperado no futuro). Um raciocínio análogo pode ser feito para o caso dos salários "anormalmente" baixos. (A especificação da demanda de trabalho neste modelo é convencional e deriva da maximização condicionada de lucros por parte das empresas.)

A explicação para o fenômeno do desemprego usada pelos novos-clássicos é a seguinte: a força de trabalho (medida pelos censos) reflete duas componentes: de um lado, estão os trabalhadores ocupados e, de outro, os atualmente desempregados, mas que aceitariam trabalhar a um nível de salários por eles considerado *normal* ou *permanente*. Portanto, podemos traçar duas curvas de oferta de trabalho (ver Gráfico 1).

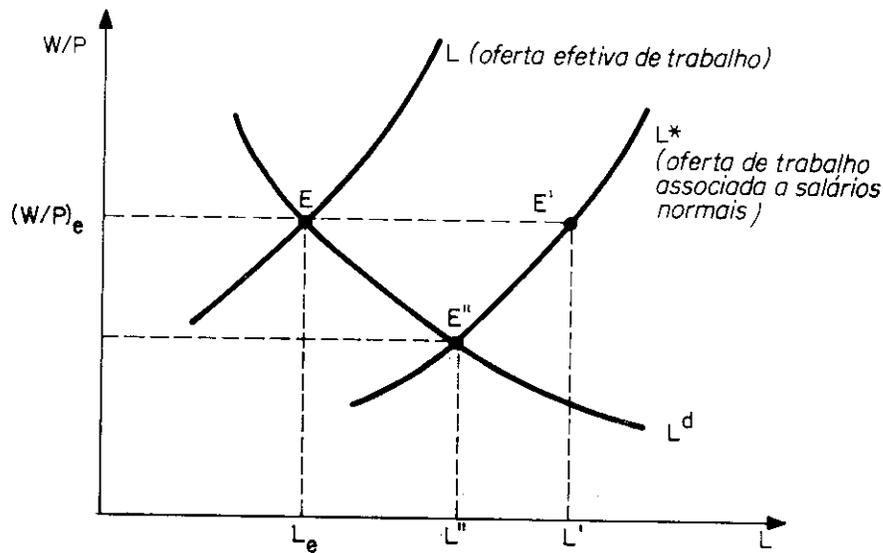
Deste modo, o que se observa no mercado é que, ao salário real vigente de $(W/P)_t$, apenas L_e trabalhadores decidem ocupar-se e $(L' - L_e)$ trabalhadores decidem permanecer desempregados, à procura de melhores empregos, já que estimam que o salário corrente está abaixo de seu nível "normal" ou permanente. No entanto, se os trabalhadores se convencerem de que os salários vigentes representam um nível normal, aceitariam empregar-se aos salários vigentes (a curva de oferta de trabalho seria representada por L^* no Gráfico 1), desaparecendo assim o desemprego medido pela distância $E' - E = L' - L_e$ no gráfico.

Obviamente, o desemprego observado (seu componente não-friccional) é voluntário e obedece à decisão dos ofertantes de trabalho de não se ocuparem se os salários forem considerados abaixo dos níveis normais. Sob este aspecto, nos dois modelos clássicos (o velho e o novo), o desemprego é inteiramente voluntário, embora os motivos difiram.¹ Os clássicos enfatizam o uso do tempo liberado pela falta de trabalho como destinado ao lazer, ao passo que os novos-clássicos enfatizam o uso do tempo disponível com a busca de trabalho (*job search*).

Uma segunda inferência do novo modelo clássico é que a economia está sempre sobre a curva de *oferta de mão-de-obra*, o que, dadas as flutuações aleatórias da demanda por trabalho associadas ao ciclo econômico, gerará

¹ Contudo, devemos notar que o novo modelo clássico confirma o caráter socialmente custoso do desemprego, ainda que este seja voluntário. No modelo de Lucas e Rapping, as pessoas estão desempregadas precisamente porque não conhecem qual é o salário normal (dedicam tempo de *job search* para encontrá-lo). Portanto, o desemprego é custoso socialmente, já que reflete incerteza sobre os verdadeiros preços relativos da economia.

Gráfico 1
EQUILÍBRIO NO MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO
OS NOVOS-CLÁSSICOS



correlações *positivas* entre salários reais e emprego, o que seria consistente com o comportamento pró-cíclico observado para os salários reais. Ainda assim, para tornar consistente a variação relativamente maior das quantidades com relação aos salários no ciclo, o novo modelo clássico requer uma alta elasticidade da *oferta* de mão-de-obra relativamente aos salários cíclicos (isto é, os salários correntes normalizados por uma estimativa do salário normal).² É interessante notar que, em contraste com o anterior, o modelo clássico tradicional exigiria elevadas elasticidades de *demanda* de mão-de-obra em relação aos salários reais, conforme analisado detalhadamente por Pigou (1933).

A crítica fundamental que se tem feito a este modelo está no fato de o motivo da busca de trabalho ser a única explicação para a existência de desemprego na economia. As objeções naturais a este enfoque dizem respeito a: a) Quão intensivo de tempo é o processo de busca de trabalho? Este processo exclui efetivamente a possibilidade de se permanecer trabalhando? b) Em recessões "grandes", é razoável supor-se que todo o desem-

² Para evidência empírica a este respeito, ver Lucas e Rapping (1969), Hall (1979) e Altonji e Ashenfelter (1980).

prego observado é voluntário? c) Como financiam seus consumos básicos os desempregados, em economias onde os seguros-desemprego ou outros subsídios têm cobertura mínima?

3 — Enfoques keynesianos

Na seção anterior, examinamos dois modelos neoclássicos do mercado de trabalho. Ambos consideram que o mercado de trabalho está sempre em equilíbrio e que, portanto, todo o desemprego cíclico é de caráter voluntário.

O propósito básico de Keynes (1936) foi o de construir uma teoria externamente consistente, pelo menos quanto às três proposições seguintes:

a) o desemprego que se observa nas economias capitalistas ocidentais é, em grande parte, de caráter *involuntário*, o que reflete a impossibilidade de os trabalhadores acharem emprego ao salário real vigente;

b) o desequilíbrio no mercado de trabalho (isto é, excesso de oferta de trabalho) vincula-se, geralmente, aos desequilíbrios observados em outros mercados, especialmente os desequilíbrios (ou seja, excesso de oferta) no mercado de bens; e

c) não existem forças no sistema econômico (ou estas atuam muito lentamente) que corrijam desequilíbrios, especialmente a existência de desemprego.

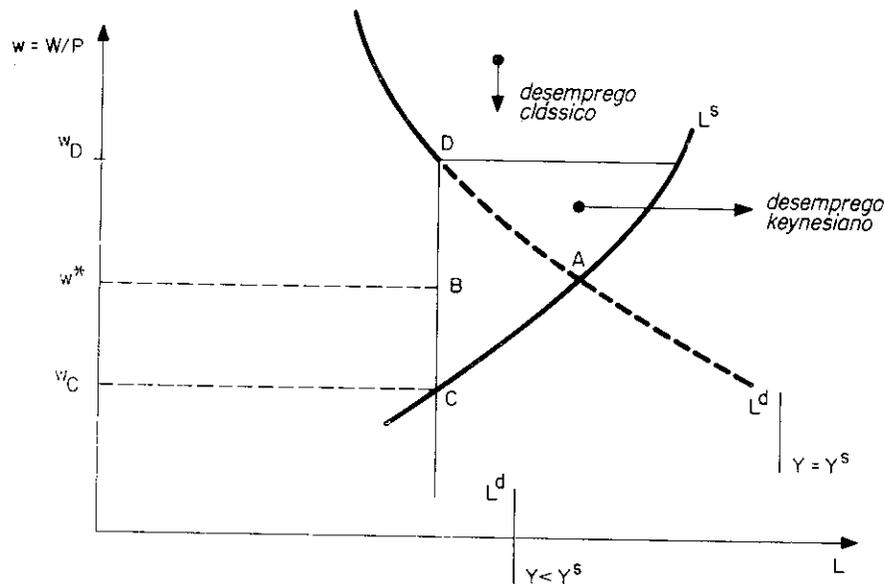
A teoria keynesiana nos anos 60 e 70 foi reexaminada e formalizada por Patinkin (1956), Clower (1965), Leijonhufvud (1968), Barro e Grossman (1971), Malinvaud (1977), Benassy (1982) e outros, para que as suas proposições centrais se tornassem consistentes com um comportamento “racional” (otimizador) de empresas e famílias, sob a hipótese da exogeneidade de preços e salários. Este esforço de racionalização é conhecido como a abordagem de desequilíbrio, ou equilíbrio não-walrasiano.

Um postulado central do enfoque de desequilíbrio é que o emprego já não depende dos salários reais, mas do *nível de vendas*, em uma economia em que há excesso de oferta no mercado de bens.

No Gráfico 2, enquanto as empresas não estejam com suas vendas limitadas, isto é, se $Y = Y^*$, a demanda de mão-de-obra é uma função inversa do salário real $L^d|_{Y=Y^*} = L(W/P)$. No entanto, quando as empresas enfrentam restrições de vendas, o emprego é independente do salário real,³

³ O nível de emprego pode depender do salário real, em uma economia com restrições de venda, se as funções de gasto, isto é, de consumo, dependerem da distribuição de renda e/ou se as exportações dependerem da taxa de câmbio real [ver Solimano (1987a)].

Gráfico 2
DESEMPREGO CLÁSSICO E DESEMPREGO KEYNESIANO



como mostra a linha vertical $L^d|_{Y < Y^s}$ no gráfico. Especialmente nos níveis de salários reais no intervalo w_D e w_C , a quantidade demandada de trabalho não aumentará quando se reduzir o salário real, já que, embora o custo marginal de contratar mais trabalhadores diminua, as empresas não podem vender a produção adicional gerada pelo aumento do emprego, por sofrerem restrições em suas vendas. Este tipo de desemprego é chamado keynesiano e reflete tanto um excesso de oferta no mercado de trabalho como no mercado de bens.

Por outro lado, para níveis de salários reais superiores a w_D , o desemprego observado é do tipo "clássico" e obedece a um salário real maior que a produtividade de pleno emprego.

Quanto ao lado da oferta, quando há desemprego involuntário na economia, os que se oferecem para trabalhar revêem seus planos de consumo, feitos na suposição de que iam encontrar emprego, tornando assim seus níveis de consumo consistentes com a nova limitação orçamentária associada a uma situação de desemprego.

Estas interações entre mercados de bens e de trabalho são importantes na teoria keynesiana e nos modelos de equilíbrio não-walrasianos, onde o problema de desemprego é estudado tendo em vista outros mercados e não apenas o de trabalho, como no modelo clássico.

Examinemos agora alguns aspectos críticos e áreas-problema dos enfoques de desequilíbrio, como racionalizações da teoria keynesiana:

a) Por que os salários e preços tendem a ser rígidos no curto prazo? Quanto dura esta rigidez? Por que o ajuste de preços e salários em situações de excesso de demanda e de oferta é assimétrico? Os modelos keynesianos, e de desequilíbrio em geral, *pressupõem* preços e salários rígidos, sem *explicar* muito a razão desta rigidez.

b) Outro aspecto a considerar é o papel das expectativas nos modelos de desequilíbrio. A pergunta-chave a respeito da relação entre expectativas e desemprego involuntário é a seguinte: se, ao final de um certo período, observa-se um desemprego involuntário — o que indica que o vetor de preços e salários não consegue equilibrar todos os mercados da economia —, por que então os agentes econômicos, no próximo período, quando têm de realizar seus novos contratos, não alteram suas expectativas de preços e salários, para que sejam eliminados estes desequilíbrios? Faz sentido esperar que configurações de preços e salários Pareto-inferiores persistam através do tempo?⁴

c) A nível empírico, a correlação positiva, ou zero, entre salários e emprego é dificilmente capturada por modelos que só suponham, originalmente, ajustes de quantidade no curto prazo. Tentativas recentes foram feitas no sentido de criar um modelo de ajuste simultâneo de preços e quantidades no contexto de modelos de desequilíbrio [ver, por exemplo, Benassy (1982)].

Embora muitos destes problemas ainda não tenham sido resolvidos na literatura existente, cabe mencionar novos desenvolvimentos para explicar a rigidez de salários e preços. A distinção básica é entre a rigidez de preços e salários *reais* e a rigidez em preços e salários *nominais*, do ponto de vista das flutuações da produção e do emprego, associadas a choques nominais.

A rigidez real, em si, não constitui um impedimento à flexibilidade dos preços nominais, já que o ajuste a um choque monetário (isto é, alteração na quantidade de moeda) não exige uma mudança dos preços relativos da economia; existe, atualmente, uma vasta literatura que procura explicar a rigidez real na economia, como, por exemplo, as teorias dos contratos implícitos [Hart (1982) e Azariadis e Stiglitz (1983)], mercados de clientes [Okun (1981)], salários de eficiência, relações entre os que ingressam e os membros do mercado de trabalho, etc.

Aliás, trabalhos recentes [Ball, Mankiw e Romer (1987) e Blanchard e Fischer (1988)] têm procurado explicar a rigidez de salários e preços

⁴ Uma tentativa de incorporar expectativas racionais a um modelo keynesiano com ajustes de quantidade aparece em Neary e Stiglitz (1983).

nominais como fonte das flutuações macroeconômicas, em especial na tentativa de justificar resultados keynesianos, como o da não-neutralidade da moeda.

O argumento central da existência desta rigidez e seu impacto macroeconômico reside nos custos da mudança dos preços, os quais, embora de pequena magnitude, podem ter um impacto agregado considerável.

Para tanto, é preciso que se abandone a hipótese da concorrência perfeita. De modo geral, estes modelos adotam a hipótese da concorrência monopolística, em que os produtores são fixadores de preços. Basicamente, o problema é que o efeito macroeconômico (ou social) da rigidez nominal é maior que o efeito *privado*, já que a rigidez produz, *per se*, uma externalidade de demanda agregada, não internalizada pelo produtor que não ajusta os preços individuais.

Uma corrente que ainda não analisamos, mas que pertence à tradição keynesiana, em uma perspectiva de *longo prazo*, é a do chamado enfoque neokeynesiano, associado principalmente a Joan Robinson e à escola de Cambridge.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, esta extensão não é simples, já que o desemprego devido a salários nominais rígidos, associado a Keynes, é relevante principalmente no curto prazo.

No entanto, no modelo de crescimento de Robinson (1962), a existência de um piso salarial real, ou "barreira inflacionária", que estabelece um "teto" à taxa de lucro é a hipótese que garante um excesso de investimento sobre a poupança (o que, na tradição clássica, depende da taxa de lucro) e, portanto, obriga a economia a operar com desequilíbrio (inflacionário) entre investimento e poupança, caracterizado pelo crescimento *sem* pleno emprego. Em termos da teoria do crescimento, a economia registrará uma taxa de crescimento inferior à taxa natural (dada pela taxa de crescimento da força de trabalho). Claramente, o resultado é keynesiano em essência, mas agora sob uma ótica de longo prazo. É interessante notar também que a hipótese de rigidez salarial nominal de Keynes (1936) é substituída pela hipótese de rigidez salarial real de Robinson (1962), o que é necessário para produzir o resultado descrito de crescimento sem pleno emprego.

Finalmente, cabe mencionar que o modelo de Robinson (1962) não é o único neokeynesiano. O modelo de Kaldor (1957) segue também esta tradição, mas, ao contrário de Robinson (1962), admite a hipótese de pleno emprego, o que, segundo Marglin (1984), lhe daria um caráter híbrido mais que neokeynesiano. No modelo de Kaldor, a igualdade poupança-investimento produz-se através de mudanças na distribuição funcional da renda, isto é, aumento de salários reais ou redução de lucros, e não através de variações no nível de emprego ou na taxa de crescimento da produção, como em Keynes (1936) ou em Robinson (1962), respectivamente.

4 — O enfoque neomarxista

Nesta seção, examinaremos os elementos básicos do modelo ou abordagem marxista do funcionamento do mercado de trabalho. Embora existam diferentes interpretações da teoria marxista [Sweezy (1942), Morishima (1973) e Marglin (1984)], seguiremos aqui principalmente este último autor. Além disto, vamos nos concentrar no longo prazo, fazendo abstração das flutuações do ciclo econômico.⁵ Neste sentido, de modo análogo ao modelo keynesiano, porém estendido ao longo prazo, diremos que o modelo marxista enfatiza o ajuste de “quantidades”, mais que os “preços” (isto é, salário real), como mecanismo de equilíbrio do mercado de trabalho. Especificamente, na tradição marxista pode-se supor que o salário real é exógeno ao sistema [Marglin (1984)] e está determinado a um nível de “subsistência”, ou “convencional”.

Este salário de subsistência inclui não somente as necessidades de alimentação que permitam a sobrevivência biológica do trabalhador e de sua família, mas ainda o atendimento de certos padrões de vida determinados pelas convenções sociais, mudanças tecnológicas e o conflito social ou luta de classes (Marx enfatizou este último elemento na determinação do salário real, embora tenha acreditado também no papel da concorrência para a determinação das remunerações).

Considerando-se este pressuposto, o modelo ou enfoque neomarxista postula que discrepâncias entre a taxa de crescimento do emprego e da força de trabalho, na economia, são ajustadas principalmente através de variações endógenas da força de trabalho disponível para o setor capitalista da economia.

As variações na força de trabalho podem ser provenientes de várias fontes:

- a) da força de trabalho empregada em outros “modos de produção menos avançados”, como a agricultura tradicional, certos tipos de serviços, trabalho doméstico, etc.;
- b) da força de trabalho empregada em outras regiões e/ou países, isto é, imigrantes internacionais ou inter-regionais;
- c) do aumento do tamanho geográfico do país; e
- d) da exportação de capitais.

Para se entender a lógica da abordagem neomarxista do mercado de trabalho, especialmente dos mecanismos de ajustes perante desequilíbrios

⁵ Autores como Kalecki (1971) propõem uma teoria de curto prazo de flutuações do emprego no ciclo que contém elementos marxistas. No entanto, não existe consenso para se qualificar Kalecki de neokeynesiano ou de neomarxista [ver Marglin (1984)].

entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda de trabalho, é necessário explicitar os elementos centrais deste enfoque:

a) na tradição dos clássicos, Marx postulou que os salários são integralmente consumidos e todos os lucros poupados, ou seja, a taxa de poupança depende da distribuição funcional da renda;

b) como não existe uma função independente do investimento, a taxa de crescimento do estoque de capital é determinada por meio do nível de poupança disponível no sistema;

c) o crescimento do emprego é determinado pela taxa de crescimento do estoque de capital, levando-se em conta a tecnologia e as "relações sociais de produção"; e

d) supõe-se que, no longo prazo, a oferta de trabalho é infinitamente elástica com relação ao salário real de "subsistência", ou "convencional". Neste sentido, a força de trabalho disponível para o setor capitalista se expande ou se contrai, de acordo com as variações da demanda por trabalho, através de um processo de "criação e recriação" de exércitos de reserva, obtendo (ou liberando) força de trabalho através de alguns dos mecanismos já mencionados.

Nesta abordagem, uma discrepância entre a taxa de crescimento do emprego (e do capital) e a taxa de crescimento da força de trabalho tem sua origem em duas variáveis: a) a propensão a poupar; e b) o salário real de "subsistência", ou "convencional".

Examinemos duas situações de desequilíbrio no modelo neomarxista e de que modo o sistema se ajusta a estes desequilíbrios:

Caso 1. A força de trabalho cresce mais rapidamente que o emprego ou o capital (ou seja, "excesso de oferta" de trabalho).

Neste caso, a taxa de lucro gera um volume de poupança insuficiente para financiar uma taxa de acumulação de capital e de crescimento do emprego que esteja "alinhado" com o crescimento maior da força de trabalho. Esta situação corresponderia a uma situação de "estagnação do capitalismo", que já foi analisada por autores de tradição marxista, como Sweezy (1942). Um mecanismo de ajustes para evitar esta crise de crescimento seria a redução dos salários reais, de modo a fazer subir a taxa de lucro e gerar, assim, uma taxa maior de acumulação de capital e de crescimento do emprego.

Outro mecanismo de ajuste (porém bem malthusiano) seria que os trabalhadores reduziram o tamanho de suas famílias, o que, no longo prazo, resultaria numa desaceleração da taxa de crescimento da força de trabalho, tornando-a consistente com a taxa de crescimento menor do emprego. Este mecanismo suporia uma oferta de trabalho endógena, o que seria de esperar em períodos de prolongado desemprego, com o "exército de reserva" crescendo em número.

Finalmente, outro mecanismo de ajuste seria uma redução da importância do modo de produção capitalista, *vis-à-vis* outros modos de produ-

ção, o que se configura uma probabilidade logicamente possível, porém pouco plausível sob a perspectiva neomarxista.

Caso 2. Vejamos agora um caso que preocupou Marx, no auge do capitalismo (meados do século XIX). Trata-se de uma situação em que a taxa de crescimento do emprego e do capital, g^* , é maior que a taxa de crescimento da força de trabalho, n .

Como se ajusta a economia diante desta discrepância entre g^* e n ? Há vários mecanismos possíveis no modelo neomarxista: um deles é através do aumento dos salários reais, w^* , em decorrência de uma demanda maior de trabalho que, no longo prazo, elevaria w^* , de modo que a taxa de lucro e de crescimento econômico se ajustem à nova taxa de crescimento natural da economia.

Vale mencionar que Marx pensava que a concorrência era capaz de elevar os salários reais por meio de uma demanda maior de trabalho, seja operando nos mercados atomísticos ou agindo no sentido de um reforço do poder de negociação dos trabalhadores enquanto classe, o que não seria independente da existência de excesso de oferta ou demanda no mercado de trabalho.

Um segundo mecanismo de ajuste no caso em que $g^* > n$ é através de um aumento da força de trabalho disponível para o setor capitalista da economia, o qual pode conseguir a força de trabalho necessária nos outros modos de produção (como a agricultura tradicional), nas economias familiares (incorporação da mulher ao trabalho assalariado) ou na imigração. Finalmente, a possibilidade da exportação de capital como mecanismo de ajuste está obviamente presente, como mostra a experiência histórica.

Terminando esta análise do modelo neomarxista, chamamos a atenção para dois tópicos que merecem ser examinados mais detidamente:

a) a hipótese de salários reais constantes deixa de ser válida em um contexto com progresso tecnológico, circunstância em que é mais apropriado admitir como hipótese do modelo neomarxista a constância da participação dos salários na renda nacional [Marglin (1984)]; e

b) a especificação da dinâmica da força de trabalho disponível para o setor capitalista. E, em especial, qual o papel dos diferenciais de remuneração entre os diferentes modos de produção para induzir o movimento da força de trabalho de um setor para outro da economia *vis-à-vis* outros mecanismos de redistribuição da força de trabalho?

5 — Enfoque dos mercados segmentados

Nas seções anteriores, foram examinadas as perspectivas neoclássicas, keynesianas e neomarxistas do mercado de trabalho. Agora, completaremos a análise considerando a abordagem da segmentação. As origens deste enfo-

que encontram-se nos institucionalistas americanos, como Dunlop (1938) e Kerr (1950), seguidos dos "dualistas", como Doeringer e Piore (1971), e dos neomarxistas, como Gordon (1972) e Edwards, Reich e Gordon (1982). Finalmente, podemos encontrar versões latino-americanas deste enfoque em Souza e Tokman (1976). Em termos analíticos, as hipóteses principais do enfoque dos mercados segmentados (EMS) podem ser sintetizadas em quatro:

a) o mercado de trabalho é melhor descrito como segmento que como um agregado homogêneo, e estes segmentos podem reduzir-se a dois setores, chamados de "formal" (primário) e "informal" (secundário) e de centro (*core*) e periferia, ou setores protegido e não-protegido;

b) os mecanismos determinantes dos salários e do emprego são diferentes nos dois segmentos;

c) a segmentação não é um fenômeno transitório e tende a ser permanente, devido às restrições (de vários tipos) sobre a mobilidade intersectorial da mão-de-obra; e

d) no segmento informal, a produtividade potencial dos trabalhadores ali ocupados seria maior que a efetivamente observada.

É interessante notar que no EMS coexistem algumas hipóteses dos outros enfoques examinados, como o equilíbrio neoclássico (salários reais flexíveis) no mercado informal, com desemprego e ajuste de quantidade no setor formal. Também as dicotomias marxistas entre "modos de produção modernos" e "modos atrasados" estão implícitas nas categorias do EMS.

Examinemos primeiramente o conceito de segmentação, analisando diversas explicações que têm aparecido na literatura a respeito deste fenômeno. Em seguida, especificaremos dois modelos formais simples, para analisar a natureza do desemprego nos mercados de trabalho segmentados e como se ajustariam os salários reais e o emprego no ciclo econômico, quando existem segmentos diferentes no mercado de trabalho.

5.1 — Segmentação: definição e hipóteses

5.1.1 -- Definição

Um mercado de trabalho pode ser definido como segmentado quando um trabalhador com a mesma produtividade recebe remunerações diferentes em empregos diferentes. Também se poderia definir segmentação a situação onde trabalhadores com capital humano igual têm diferentes valores presentes para suas rendas futuras do trabalho (se isto puder ser medido, é claro).

Os salários podem diferir entre trabalhadores com produtividade diferente; no entanto, a existência da segmentação significa que estes diferenciais são líquidos de diferenciais de produtividade. Uma consequência

importante da existência de segmentação diz respeito à eficiência econômica: numa economia com segmentação, a alocação da força de trabalho não é Pareto-eficiente, no sentido em que se poderia redistribuir a força de trabalho de um setor para outro e o produto nacional aumentaria. Deste modo, a segmentação implica uma *falha* do mercado.

5.1.2 — Hipóteses

Uma fonte primordial de segmentação, enfatizada por institucionalistas (e neoclássicos também), é que no setor formal existem geralmente sindicatos e leis de salários mínimos que produzem uma estrutura de salários reais maiores que a estrutura de remunerações que garantiria o pleno emprego na economia. Neste sentido, nem todos os que desejam estar no setor formal podem fazê-lo, tendo como contrapartida um diferencial de remunerações entre o setor formal e o resto da economia.

Por outro lado, as hipóteses dualistas, do tipo das de Doeringer e Piore, propõem a existência de dois setores com diferentes atributos referentes a níveis de remunerações, estabilidade no emprego, perspectivas futuras de mobilidade ascendentes para o trabalhador, etc., embora não sejam muito explícitas na explicação da *causa* da existência dos dois setores e, conseqüentemente, da segmentação.

Um terceiro enfoque sobre as origens da segmentação é aquele que a considera como sendo causada por diferenças na estrutura do mercado de bens entre as diversas indústrias da economia [Reich (1984)]. Segundo este autor, as indústrias com estruturas de mercado do tipo oligopolista ou monopolista tendem a mostrar: *a)* maiores relações capital/trabalho que as indústrias competitivas; *b)* maior grau de sindicalização; e *c)* maior taxa de progresso tecnológico. Assim, a influência destes fatores faz com que as remunerações reais *per capita* neste *core* sejam maiores que na periferia (indústrias competitivas).

Evidentemente, uma parte dos diferenciais de remunerações entre as indústrias do centro e da periferia corresponde efetivamente a diferenciais de produtividade e não são, *per se*, evidências de segmentação.

Deste modo, a rigor, segundo este argumento, as fontes de segmentação seriam pelo menos duas: *a)* um componente de segmentação devido à existência de rendas quase monopolísticas incorporadas aos salários, devido ao fato de as taxas de retorno dos fatores produtivos não se igualarem, quando coexistem na economia setores oligopolistas com setores competitivos; e *b)* a existência de sindicalização e regulamentação estatal, mais provável nos setores não-competitivos (*core*) que nos setores competitivos da economia.

Um elemento importante na discussão sobre segmentação diz respeito à existência de diferenciais igualadores de salários. Deste modo, dois trabalhadores com a mesma produtividade podem receber remunerações diferentes e, ainda assim, isto não ser evidência de segmentação. Formalmente, se w_i = salário real na ocupação i e s_i = custo de oportunidade do traba-

lho (salário-sombra em uma ocupação equivalente), então pode-se observar no mercado que $w_1 = s_1 + V$ ($V > 0$). Assim sendo, o termo V corresponde a um diferencial compensador ou é evidência de segmentação?

Mincer e Jovanovic (1981) assinalaram que o capital humano de um trabalhador pode ser decomposto em uma parte "geral" que é transferível, o que corresponde à experiência e capacidade que são aplicáveis a outras ocupações, e outra parte que é intransferível ou específica da empresa. Neste último caso, o termo V é simplesmente a taxa de retorno que corresponde ao investimento específico da empresa e à qual não se atribui necessariamente nenhum valor em outros setores da economia (não fazem parte do s_1).

Outra forma de explicar o termo V [Abowd e Ashenfelter (1981)] é que este corresponde a um pagamento do risco que corre um trabalhador ao empregar-se em uma atividade mais arriscada que outra; por exemplo, devido a uma variabilidade maior no valor do produto marginal do trabalho empregado em uma determinada empresa ou indústria.

Finalmente, um elemento adicional que pode explicar a existência do termo V nas equações de salários é a existência da discriminação. Tratam-se de atributos da força de trabalho, como raça ou sexo, que fazem com que haja diferenciais nas remunerações, não explicados por diferenças de produtividade. Existem diversas interpretações a respeito da natureza da discriminação: uma, ultraneoclássica, explica a discriminação como reflexo das preferências dos empregadores por trabalhadores com certos atributos (por exemplo, brancos); outra, do tipo neomarxista, considera a discriminação um instrumento de controle da mão-de-obra e de aumento do lucro, por meio do pagamento de baixos salários a trabalhadores provenientes de modos de produção mais atrasados (isto é, minorias ou negros).

Definitivamente, a discussão mencionada sugere que a existência de diferenciais de remunerações, dificilmente explicáveis por diferenças de produtividade, constitui um fato largamente aceito na literatura sobre o assunto. Contudo, há uma questão em aberto sobre em que medida estes diferenciais constituem evidência de segmentação ou correspondem a diferenças igualadoras. É um problema especialmente difícil do ponto de vista empírico, já que, definitivamente, observa-se apenas um termo V nas equações de salários e é necessário discriminar entre as várias explicações alternativas.

5.2 — Um modelo formal de desemprego nos mercados de trabalho segmentados

Uma preocupação permanente na literatura sobre o mercado de trabalho refere-se à natureza do desemprego cíclico. O problema é interessante quando se inclui a existência de um segmento do mercado de trabalho, o setor não-protégido ou informal, aquele que registra livre entrada. Neste

sentido, todo aquele que procura trabalho na economia teria a possibilidade de encontrar emprego neste setor, ao salário vigente; assim sendo, o desemprego observado seria voluntário. Isto é assim apenas em princípio, pois há também considerações de auto-estima e/ou de *status* social, para categorias mais qualificadas de trabalho, que certamente hesitariam antes de passar do setor formal para o informal.

No entanto, produz-se o paradoxo de que, no setor *formal*, o salário real é maior que o preço de oferta do trabalho, o que é evidência de desemprego *involuntário*. Em termos do Gráfico 3 (a), os trabalhadores requerem, para trabalhar L_0 unidades de tempo, um salário de \bar{w} e lhes é oferecido $\bar{w} > \underline{w}$, ou seja, estariam dispostos a oferecer $L_1 - L_0$ unidades de trabalho adicionais, mas, para tanto, não encontram emprego, quer dizer, estão frustrados em suas ofertas de trabalho.

A seguir, especificaremos um modelo formal para tentar resolver este paradoxo.⁶ Suponhamos que o trabalhador enfrente, basicamente, dois planos ao ingressar no mercado de trabalho:⁷

a) empregar-se diretamente no setor informal e esperar alguma oferta de emprego no setor formal; e

b) não entrar no setor informal e gastar seu tempo procurando aumentar a possibilidade de encontrar um emprego no setor formal ou protegido.

Em equilíbrio, o trabalhador iguala o benefício esperado na busca com o custo marginal da mesma, ou seja, em equilíbrio $pw = S_e$, onde p é a probabilidade de encontrar emprego no setor formal, w o salário neste setor e S_e a renda sacrificada no setor informal.

Contudo, a probabilidade subjetiva (percebida) de encontrar um emprego no setor formal, p , não é exógena, pois depende do quociente entre o número de vagas oferecidas no setor formal, V , e o número de potenciais procuradores de emprego, B , ou seja, $p = p(V/B)$, sendo, por sua vez, $B \geq L_I + U$, onde L_I = número de empregados no setor informal e U = número de desempregados.

Deste modo, a probabilidade de se encontrar emprego no setor formal depende, positivamente, do número de vagas e, inversamente:

a) da taxa de desemprego na economia μ ; e

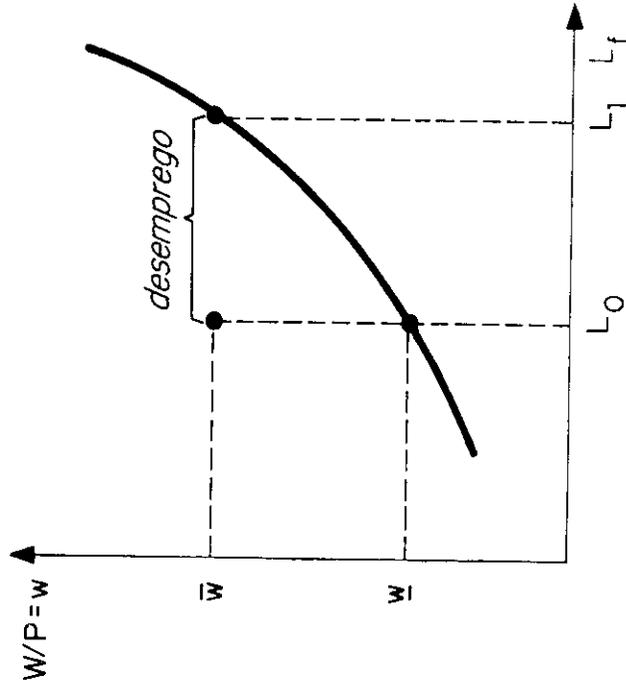
b) do nível de emprego no setor informal L_I (já que são considerados como procuradores potenciais de trabalho no setor formal).

⁶ Um modelo com alguns elementos semelhantes ao presente aparece em McDonnald e Solow (1985).

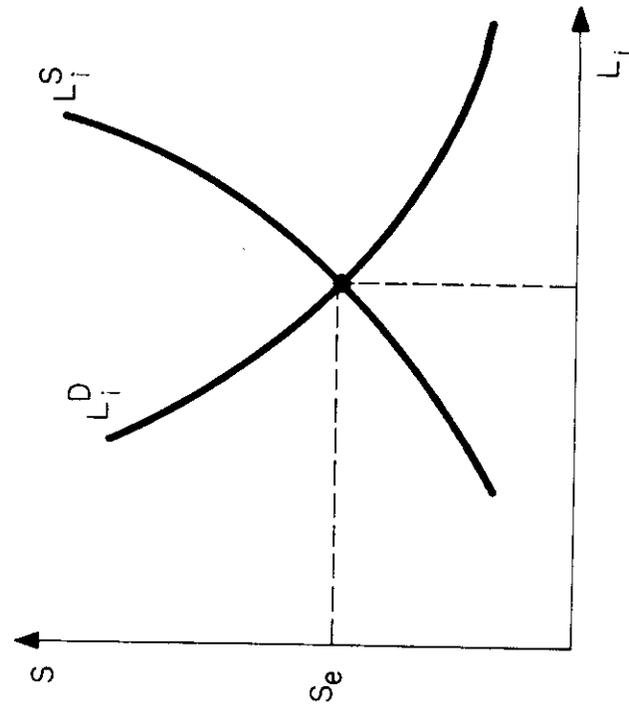
⁷ Também se poderia pensar em uma terceira estratégia, mista, em que o trabalhador dedica parte de seu tempo à busca de trabalho e o resto trabalhando em atividades do setor informal.

Gráfico 3
DESEMPREGO EM UM MODELO DE MERCADO DE TRABALHO SEGMENTADO

a) SETOR FORMAL



b) SETOR INFORMAL



Neste sentido, dados uma estrutura de salários na economia (\bar{S}_e, \bar{W}) , o número de vagas e o emprego no setor informal (\bar{V}, \bar{L}_I) , existe apenas uma taxa de desemprego que equilibra o mercado de trabalho, obtida de:

$$p(\mu) \bar{W} = S_e$$

Resolvendo-se para μ :

$$\mu = g\left(\frac{S_e}{\bar{W}}, r\right)$$

Quais são as propriedades deste equilíbrio?

a) O desemprego é friccional, ou “voluntário”, já que é associado ao processo de procura de trabalho no setor formal, embora contando-se com a alternativa de empregar-se no setor informal.

b) O desemprego é o mecanismo de redistribuir, dentro da força de trabalho, uma probabilidade agregada constante de encontrar emprego no setor formal.

Então, como reconciliamos este caráter voluntário do desemprego com a observação de que $\bar{w} > \bar{w}$ (salário real maior que o preço de oferta do trabalho no setor formal), mostrada no Gráfico 3(a)?

A saída para esta charada é que agora, na presença da incerteza, o preço de oferta do trabalho no setor formal é maior que \bar{w} e inclui não apenas o custo de oportunidade de se oferecer no setor formal (salário do setor informal), como também o custo do tempo necessário para encontrar um emprego no setor citado.

Assim, teríamos que, em condições de equilíbrio, o trabalhador igualava:

$$p\bar{w} = S_e$$

Se $\bar{w} = S_e$ (o preço de oferta no setor formal = salário do setor informal), então:

$$\frac{\bar{w}}{\bar{w}} = 1/p$$

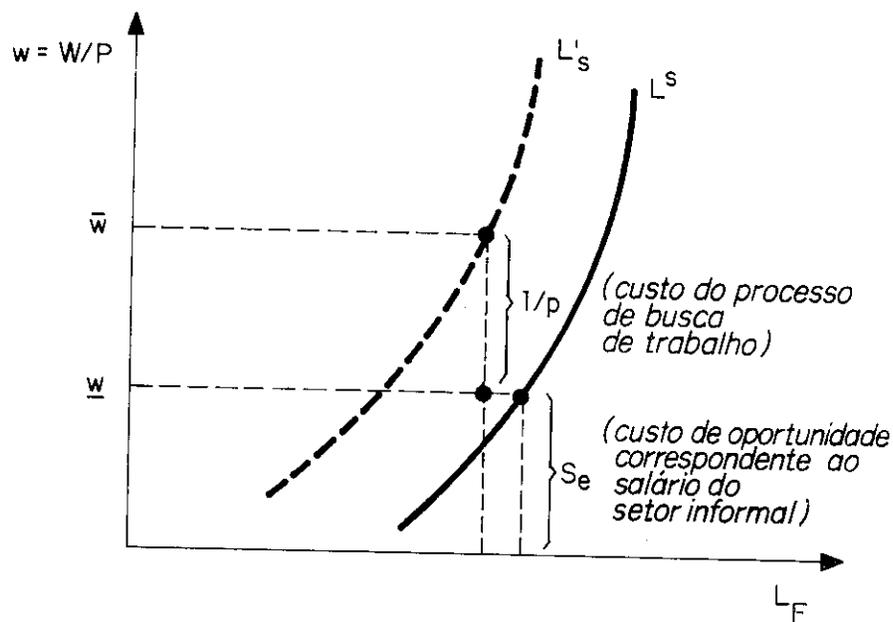
isto é, a diferença entre o salário real do mercado \bar{w} e o preço de oferta \bar{w} é, simplesmente, o inverso da probabilidade de se encontrar um emprego no setor formal, o que pode ser interpretado como uma compensação pelo tempo despendido na busca de trabalho que as empresas do setor formal devem pagar para atrair trabalhadores para este setor. Deste modo, quanto menor for a probabilidade p , maior deve ser o salário pago pelo setor formal \bar{w} para atrair trabalhadores do setor informal para empregos no setor formal.

Assim, a nova curva de oferta de trabalho no sector formal, que inclui os custos da busca de emprego, será L'_s (Gráfico 4), desaparecendo assim o hiato entre o salário de mercado do sector formal e o preço de oferta, que era o que sugeria a presença do desemprego involuntário.

O que foi dito acima significa que o desemprego deixa de ser socialmente custoso, já que é voluntário, do ponto de vista privado?

A resposta a esta pergunta é negativa. O fato de o desemprego ser interpretado como um investimento necessário à busca de emprego implica que a sociedade deve dedicar recursos escassos para reduzir a incerteza sobre a disponibilidade de vagas de emprego no sector formal. O custo alternativo do trabalho dedicado a este processo depende, em grande parte, do custo de oportunidade da mão-de-obra em economias com mercados segmentados.⁸

Gráfico 4
OFERTA DE TRABALHO EM UM MODELO DE
SEGMENTAÇÃO COM INFORMAÇÃO IMPERFEITA



⁸ Para duas metodologias alternativas sobre o preço social do trabalho em mercados segmentados, ver Harberger (1971) e Piñera e Selowsky (1978).

Neste sentido, é importante notar que, embora um enfoque de busca de emprego atribua um caráter de otimização *privada* ao desemprego (ou seja, é voluntário), este, ainda assim, *não é socialmente* ótimo. A diferença entre valores privados e sociais se deve precisamente à existência da incerteza na economia. Em outros termos, a sociedade perde por não utilizar recursos (trabalho), o que representa um custo econômico, mesmo que privadamente esta estratégia seja ótima e factível (quer dizer, financiável) diante da incerteza na economia.

5.3 — Um modelo formal de mercados segmentados e ciclo econômico

Uma preocupação importante da literatura sobre mercado de trabalho é a de explicar o comportamento dos salários reais, do emprego e do desemprego durante o ciclo econômico.

A seguir, construiremos um modelo simples, com dois setores, que permite analisar de que modo um enfoque de mercados segmentados oferece elementos novos para entender as correlações observadas no ciclo.

Suponhamos que haja dois setores, um “formal”, com um salário real exógeno e que se ajusta com variações no nível de emprego, e outro “informal”, com livre entrada e no qual o “salário real”, ou renda média, ajusta-se de modo a produzir continuamente pleno emprego no setor.

Deste modo, a demanda por trabalho no setor formal, L_j^D , é dada por (Y_j = produto do setor formal, w = salário real do setor formal) :

$$L_j^D = F \begin{matrix} (-) (+) \\ (w, Y_j) \end{matrix} \quad (1)$$

A demanda por trabalho no setor informal, L_i^D , é dada por (Y_i = produto do setor informal, S = salário real ou renda média do setor informal) :

$$L_i^D = G \begin{matrix} (-) (+) \\ (S, Y_i) \end{matrix} \quad (2)$$

A oferta de trabalho depende da diferença entre o salário real esperado do setor formal, $p \cdot w$, e a renda média do setor informal, S :

$$L_j^S = H \begin{matrix} (+) \\ p \cdot \frac{w}{S} \end{matrix} \quad (\text{oferta de trabalho do setor formal}) \quad (3)$$

$$L_i^S = J \begin{matrix} (-) \\ p \cdot \frac{w}{S} \end{matrix} \quad (\text{oferta de trabalho do setor informal}) \quad (4)$$

Dada uma força de trabalho L^s , esta deve ser, *ex post*, igual à soma das demandas de trabalho dos setores formal e informal, mais o número de desempregados U :

$$L_f^D + L_i^D + U = L^s \quad (5)$$

$$L^s = L_f^S + L_i^S \quad (6)$$

Em situação de equilíbrio, o salário real esperado do setor formal deve ser igual ao "salário real" (= renda média) do setor informal:

$$pw = S \quad (7)$$

Como a probabilidade de se encontrar trabalho no setor formal depende da taxa de desemprego, μ , então:

$$p = p(\mu)$$

$$\text{onde } \mu = i - \left[\frac{L_f^D(Y_f, w) + L_i^D(S, Y_i)}{L^s(\cdot)} \right].$$

Assim:

$$\mu = \mu \left(p, \frac{w}{S}, Y_f, Y_i \right) \quad (8)$$

Exogencizando w (salário real do setor formal), a condição de equilíbrio (7) transforma-se em uma condição não-linear:

$$\pi(S, \bar{w}, Y_f, Y_i) = S \quad (9)$$

em que $\pi = \bar{w} \cdot p[\mu(\cdot)]$.

Agora, estamos em condições de realizar a estática comparativa do modelo; vejamos os dois exercícios seguintes:

- a) um aumento da demanda por bens produzidos no setor formal $dY_f > 0$; y ; e
- b) um aumento exógeno do salário real do setor formal $dw > 0$.

Examinemos o efeito dessas mudanças sobre o salário real do setor informal e sobre a taxa de desemprego.

Efeito de uma mudança em Y_f

Diferenciando a equação (9), chega-se a:

$$\frac{dS}{dY_f} = \frac{\bar{w} \frac{\partial p}{\partial \mu} \cdot \frac{\partial \mu}{\partial Y_f}}{1 - \bar{w} \cdot \frac{\partial p}{\partial \mu} \cdot \frac{\partial \mu}{\partial S}} > 0$$

isto é, um aumento na demanda no setor formal aumenta o salário real do setor informal, já que aumenta a probabilidade de se encontrar trabalho no setor formal, reduzindo assim a oferta de trabalho disponível no setor informal. Supõe-se que a demanda por trabalho no setor informal não se altera com a mudança exógena em Y_f .

Neste caso, os salários médios da economia, w_a :

$$w_a = \beta \bar{w} + (1 - \beta) S; \beta = (I_f^D / L^s)$$

aumentam com um incremento da demanda por bens produzidos no setor formal. Note-se que, se o aumento de demanda fosse generalizado, os salários do setor informal e o salário médio da economia aumentariam ainda mais.

É interessante observar que, no modelo de dois setores, um aumento de demanda na economia (isto é, específico ou geral) vem associado a um aumento dos salários reais, do emprego e da produção (o primeiro no setor informal e o segundo, pelo menos, no setor formal). O modelo produz, assim, uma combinação de ajustes de preço e quantidade.

O efeito sobre a taxa de desemprego é, geralmente, indeterminado, podendo aumentar ou diminuir, dependendo de o aumento da demanda de trabalho no setor formal ser menor que o aumento da oferta de trabalho neste setor, acarretando uma probabilidade maior de se conseguir emprego.

Efeito de um aumento em w

No caso de um aumento exógeno do salário real no setor formal, \bar{w} , seu efeito sobre o salário real do setor informal é dado por:

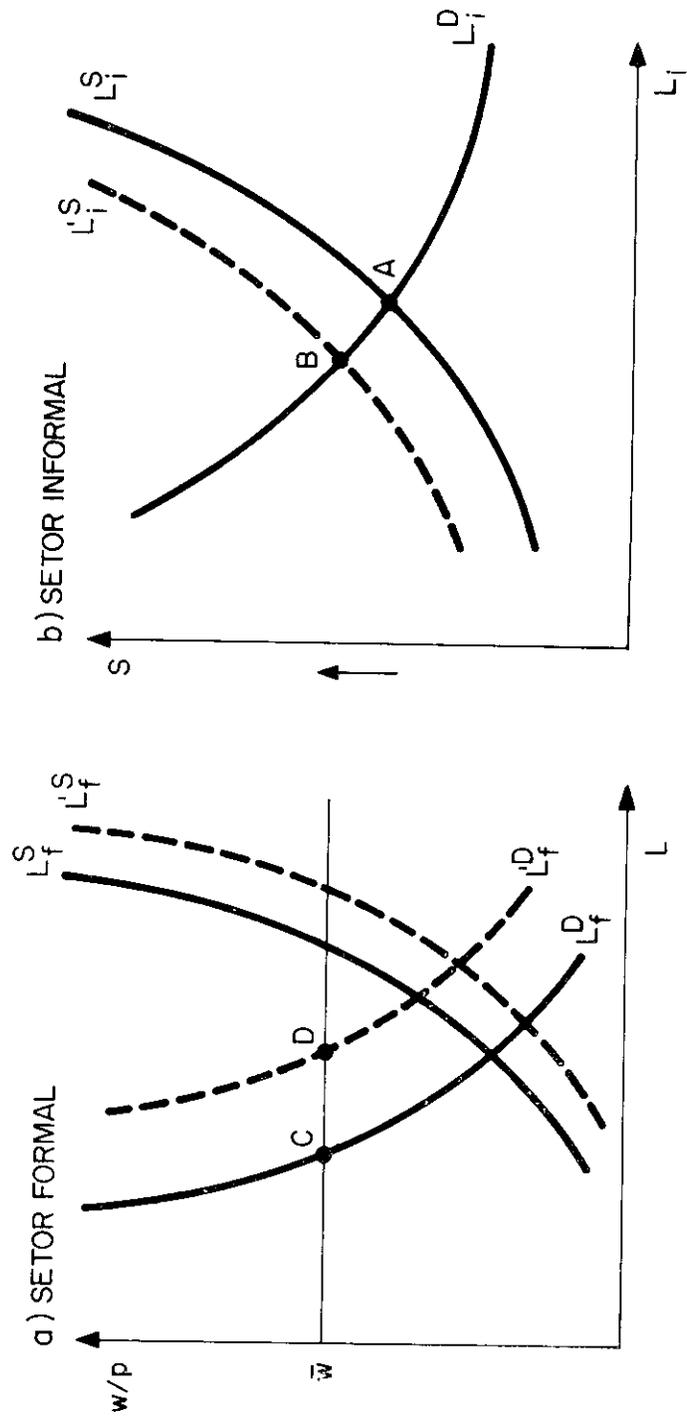
$$\frac{ds}{d\bar{w}} = \frac{p + \bar{w} \cdot \frac{\frac{(-)}{\delta p}}{\partial U} \cdot \frac{\frac{(+)}{\delta U}}{\partial w}}{1 - \bar{w} \cdot \frac{\frac{(-)}{\delta p}}{\delta U} \cdot \frac{\frac{(-)}{\delta U}}{\delta S}}$$

O efeito líquido é indeterminado.

Dois efeitos produzem este resultado: *a)* por um lado, o salário real do setor formal sobe, o que tende a reduzir a oferta de trabalho no setor informal; e *b)* por outro, a taxa de desemprego aumenta, o que contribui para reduzir a probabilidade de se encontrar um emprego no setor formal. Por fim, o efeito sobre S dependerá do efeito líquido sobre o salário *esperado* do setor formal, causado pelo aumento em \bar{w} .

Em resumo, um modelo de dois setores permite incorporar ajustes simultâneos de salário e de emprego, diante de choques de demanda, fazendo com que os salários reais *médios* sejam pró-cíclicos; assim, a flexibilidade salarial ou da renda média provém do setor informal, já que o setor formal ajusta-se principalmente via emprego.

Gráfico 5
AJUSTE NO SETOR INFORMAL CAUSADO POR UM AUMENTO NA DEMANDA DO SETOR FORMAL



Para finalizar, examinemos duas variantes que poderiam ser introduzidas no modelo de setor formal e informal. Uma seria a de incorporar preferências entre uma oferta de trabalho ao setor formal e outra ao setor informal. Neste caso, por exemplo, de acordo com a hipótese adotada por McDonnald e Solow (1985), um cruzado ganho no setor informal deixa de ser substituto perfeito de um cruzado ganho no setor formal. Uma forma de se introduzir este pressuposto seria tomando a família como unidade de análise, introduzindo preferências heterogêneas relativas à oferta de trabalho entre o cabeça da família e outros de seus membros (isto é, mulheres ou jovens). Uma segunda extensão interessante do modelo seria a incorporação de restrições de vendas no setor formal, introduzindo assim uma variante keynesiana à análise de mercados segmentados.

6 — Síntese e avaliação

Analisamos, até aqui, as principais abordagens do funcionamento do mercado de trabalho. Agora, é a vez de sintetizar as perguntas comuns que se fazem em cada modelo e algumas dificuldades analíticas que apresentam as respostas obtidas.

6.1 — O que cada enfoque se propõe a explicar?

6.1.1 — Eficiência do resultado do mercado

Um tema comum a cada enfoque refere-se à avaliação que cada um faz sobre o “resultado do mercado”, no caso do mercado de trabalho. Um primeiro tipo de indagações, que preocuparam principalmente os neoclássicos, seria: O mecanismo do mercado é um instrumento eficiente de alocação da força de trabalho na economia? Existem mecanismos de ajuste no mercado de trabalho que fazem com que, quando a economia é perturbada por algum choque exógeno, o equilíbrio seja restabelecido de forma automática ou, pelo menos, rápida?

Neste ponto, surgem as diferenças principais entre os enfoques. Os clássicos (Pigou) atribuem um caráter eficiente ao resultado do mercado. Para eles, a economia tende a estar permanentemente em pleno emprego, e o desemprego, se realmente for observado, é de caráter voluntário ou transitório. Em outras palavras, o equilíbrio de mercado tende a ser eficiente em um sentido paretiano e, portanto, não existe, em geral, uma falha de mercado. Historicamente, a grande depressão dos anos 30 e a emergência do desemprego em massa provaram que o mercado de trabalho estava longe de um desempenho eficiente. Assim, surgiu o enfoque keynesiano, que postulou que os mecanismos de ajuste antidesequilíbrios podem

simplesmente não funcionar e/ou fazê-lo muito lentamente, transformando o desemprego em um traço quase permanente (pelo menos, sem a intervenção fiscal no problema) das economias de mercado capitalistas. Além disso, este enfoque atribuiu ao desemprego um caráter involuntário, resultando, então, uma situação Pareto-ineficiente na alocação dos recursos na economia, o que implica, evidentemente, uma falha do mercado.

A posição dos novos-clássicos (Lucas, Phelps, Sargent) é bastante peculiar com respeito ao desempenho do mercado de trabalho. Por um lado, mantêm a hipótese clássica do caráter voluntário do desemprego, embora reconheçam seu caráter socialmente custoso [Lucas e Rapping (1969, p. 12)]. Neste caso, o mercado falha? A resposta é afirmativa, na medida em que os agentes econômicos percebem sinais de preços relativos, incluindo o do trabalho, que não coincidem necessariamente com os sinais que devem orientar a alocação de recursos (isto é, os sinais permanentes). A existência de incerteza faz com que os agentes econômicos percebam sinais "falsos" relativos a preços e salários que os levam a tomar decisões equivocadas ou não permanentes. Isto se reflete no mercado de trabalho através da existência do desemprego, atividade destinada a "descobrir" os preços relativos (ou seja, o salário real) "corretos".

Com relação ao modelo marxista, observou-se como as necessidades de mão-de-obra, associadas à expansão do capitalismo, poderiam ser supridas por meio da força de trabalho liberada de outros meios de produção em decadência (isto é, outros exércitos de reserva). Neste sentido, não fica claro se Marx critica a capacidade do sistema capitalista de absorver os excedentes de mão-de-obra existentes. Contudo, marxistas estagnacionistas, como Sweezy, foram bastante explícitos em duvidar da capacidade do capitalismo de eliminar o desemprego, com a conotação óbvia da falha do mercado.

Finalmente, o enfoque segmentacionista, com sua ênfase nos diferenciais de remunerações não explicadas por considerações de eficiência da mão-de-obra, assinala uma falha do mercado de trabalho. A alocação de recursos na presença da segmentação é obviamente ineficiente, já que, se se redistribuísse a força de trabalho para os segmentos deste mercado que apresentassem maior produtividade, o produto nacional calculado a preços sociais aumentaria.

6.1.2 — Determinação dos salários reais e do emprego em cada enfoque

Examinemos como cada enfoque do mercado de trabalho determina os salários reais:

No enfoque neoclássico, os salários reais são determinados pela produtividade marginal do trabalho; Keynes (1936) manteve a mesma posição, embora tenha introduzido a hipótese da rigidez de salários *nominais*, permitindo que os salários reais se ajustassem à produtividade marginal do trabalho por meio de mudanças no nível geral de preços, o que seria determinado macroeconomicamente.

No enfoque de desequilíbrio, de tradição keynesiana, os salários reais são determinados exogenamente ao se supor, *a priori*, preços e salários nominais fixos.

No modelo neomarxista (sem mudança tecnológica), o salário real é fixo a um nível de “subsistência” ou, em termos modernos, a um nível “convencional”. Neste enfoque, o salário real é determinado pelas necessidades de “produção” da força de trabalho, intervindo aí tanto elementos de produtividade como de poder de negociação de trabalho *versus* capital. (O mercado seria um elemento subjacente ao poder de negociação da força de trabalho, isto é, as recessões o debilitam e as expansões o aumentam.)

No enfoque segmentacionista, a determinação dos salários reais depende do segmento do mercado de trabalho em questão. Deste modo, no “setor formal”, os salários reais são determinados pela produtividade, pelas leis de salários mínimos e pelo poder de negociação sindical. No “setor informal”, a renda média do trabalho é determinada por condições de oferta e de demanda de trabalho informal, operando como um mercado competitivo.

Quanto à determinação do emprego, este seria “dual” à determinação dos salários reais; assim, no enfoque neoclássico, o emprego é obtido da maximização de lucros, cuja primeira condição é a igualização do salário real ao produto marginal físico do trabalho.

Em Keynes (1936), o emprego seria determinado de modo semelhante ao do modelo neoclássico, o que se mostrou posteriormente como uma possível inconsistência, pois em uma economia com restrição de demanda (ponto central enfatizado pelo autor) o nível ótimo de emprego não surge da igualdade $w/p = pM_cT$, porém deriva diretamente da função de produção, num dado nível de demanda, como esclareceram mais tarde Patinkin (1956) e a literatura de desequilíbrio.

No modelo marxista, o emprego é dado pela taxa de acumulação de capital, ajustada pelo progresso técnico. No enfoque segmentacionista, a determinação do nível de emprego não é inequívoca e dependerá da especificação que se adote para o equilíbrio no setor formal (neoclássico com rigidez de salário real ou keynesiano com restrição de vendas) e da especificação do equilíbrio do setor informal.

6.1.3 — Dinâmica do desequilíbrio

Outra preocupação da literatura sobre mercados de trabalho é o modo como se faz o ajuste do mercado ao se encontrar em um estado de desequilíbrio (isto é, com desemprego ou excesso de demanda de trabalho). Neste caso, há um elemento crucial de diferenciação entre os enfoques: enquanto os neoclássicos enfatizam a variação dos salários reais como o mecanismo corretor dos desequilíbrios — processo que, aliás, atuaria com rapidez —, os keynesianos enfatizam a rigidez de salários e preços e observam que são as quantidades, ou seja, a demanda por trabalho ou o emprego, que se ajustam no curto prazo face a choques exógenos.

Por outro lado, no modelo marxista, que supõe os salários determinados exogenamente, o mecanismo de ajuste central que corrige desequilíbrios no mercado de trabalho, no longo prazo, é a oferta de trabalho disponível para o setor capitalista da economia, ou seja, os exércitos de reserva.

Novamente, o enfoque da segmentação mostra uma combinação de variações nos salários reais, na demanda e oferta de trabalho, dependendo do segmento de mercado escolhido, como mecanismos de ajuste diante dos desequilíbrios.

6.2 — Alguns problemas conceituais

6.2.1 — Insuficiência dos enfoques

Uma dificuldade presente nos enfoques analisados refere-se ao período de tempo em que suas hipóteses são pertinentes. Neste sentido, o enfoque neoclássico e sua proposição de que os salários reais são suficientemente flexíveis, de modo a garantir o pleno emprego, é postulado tanto para o curto prazo como para o longo prazo, sendo bastante discutível empiricamente, sobretudo para o curto prazo.

Por outro lado, o modelo keynesiano é também de curto prazo e supõe que os salários e os preços tendem a ser rígidos, enquanto que as quantidades se ajustam. Neste sentido, a evidência empírica sobre o ciclo econômico pode tender a corroborar a hipótese keynesiana, dada a maior variabilidade relativa do produto e do emprego com relação a preços e salários observada no ciclo. No entanto, a hipótese de exogeneidade de salários e preços nominais é certamente uma faceta pouco atraente do enfoque de desequilíbrio da teoria keynesiana.

No enfoque marxista, a ótica é bem mais de longo prazo, por meio de ajustes feitos através dos "exércitos de reserva" de mão-de-obra, embora também seja possível que ocorram mudanças de salários reais no curto prazo, outro mecanismo de ajuste que Marx também considerou em sua análise. De modo geral, não é fácil descrever, em Marx, de forma absolutamente inequívoca, que variável (eis) ajusta (m) o mercado de trabalho e em que prazo opera (m).

Já no modelo de segmentação, o prazo da análise não é definido com precisão, existindo sempre a questão de se determinar se a segmentação é um fenômeno permanente ou transitório.

Para terminar, mencionemos outras deficiências ou problemas que permanecem não resolvidos nos enfoques examinados: a concepção neoclássica de que o mercado de trabalho funciona de uma forma que não é fundamentalmente diferente dos outros mercados da economia, quando há uma ampla evidência de que ele é diferente, tem sido objeto de crítica, aliás justificada; nos enfoques keynesianos, um desafio que permanece (recebido principalmente dos enfoques neoclássicos) é o de explicar a

rigidez de salários e preços nominais, que são cruciais para a obtenção de seus resultados; no enfoque marxista, o conceito de salário de subsistência, como descrição relevante de economias capitalistas desenvolvidas ou semi-industrializadas, tem sido questionado, obrigando à reformulação do problema; no enfoque segmentacionista, a determinação da natureza da segmentação é uma pergunta ainda em aberto.

Crerérios para comparar enfoques alternativos do mercado de trabalho

Crerérios	Enfoques			
	Neoclássico	Keynesiano	Marxista	Segmentacionista
1 — Determinação dos salários reais				
a) Produtividade	X	X		X
b) Poder de negociação dos trabalhadores (como classe)			X	X
c) Exógeno		X ^a	X	
d) Nível convencional ou de subsistência			X	
2 — Determinação do nível de emprego				
a) Maximização dos lucros não restrita por vendas	X			
b) Minimização de custos (função de produção)		X		?
c) Taxa de crescimento do estoque de capital (ajustada por modificação tecnológica)			X	
3 — Prazo da análise				
a) Curto prazo	X	X	X	X
b) Longo prazo			X	X
4 — Grau de agregação do modelo				
a) Um setor	X	X		
b) Vários setores			X	X
5 — Eficiência do equilíbrio de mercado				
a) Pareto-eficiente	X			
b) Pareto-ineficiente	X ^b	X	?	X
6 — Caráter do desemprego				
a) Voluntário	X			
b) Involuntário		X	X	X
7 — Mecanismo de ajuste ou dinâmica do desequilíbrio				
a) Salários reais	X		X	X
b) Demanda de trabalho-emprego		X		X
c) Oferta de trabalho			X	X

^a Estoque de desequilíbrio.

^b Níveis clássicos.

Em suma, fica claro, da análise realizada neste artigo, que a teoria econômica do mercado de trabalho encontra-se em um estágio de fluxo e mudanças mais que de consenso e síntese. Em grande parte, isto não é de se estranhar, já que se trata de uma área em que as diferenças entre os enfoques são basicamente de visão do mundo ou de ideologias (em sentido amplo) mais que de diferenças (que, obviamente, existem) na maneira de interpretar a evidência empírica sobre tal ou qual fenômeno ou diferenças sobre a estrutura lógica das teorias. Um enfoque eclético, que veja complementaridades entre as teorias, em vez de diferenças irreconciliáveis e excludentes, seria talvez uma perspectiva mais promissora para se avançar na análise do mercado de trabalho.

Abstract

This paper reviews different approaches on the functioning of the labor market. First we examine neoclassical theories both Pre-Keynesians and new classical, then we follow with Keynesian approaches, studying disequilibrium (Non-Walrasian) theories, recent rationalizations on wage-price rigidities and Neo-Keynesian theory. Next, we turn to Neo-Marxian approaches of the labor market discussing their main hypothesis and results. Finally, segmentationist approaches are examined reviewing different explanations on the nature of segmentation and specifying simple formal models on dual labor markets. The paper ends-up with a comparison of different approaches trying to identify "areas of ignorance" in the field.

Bibliografia

- ABOWD, J., e ASHENFELTER, O. Anticipated unemployment, temporary layoffs and compensating wage differentials. *In: ROSEN, S., ed. Studies in labor markets*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- ALTONJI, J., e ASHENFELTER, O. Wage movements and the labour market equilibrium hypothesis. *Economica*, Londres, ago. 1980.
- AZARIADIS, C. Implicit contracts and unemployment equilibria. *Journal of Political Economy*, Chicago, dez. 1975.
- AZARIADIS, C., e STIGLITZ, J. E. Implicit contracts and fixed-price equilibria. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, 1983 (Suplemento).
- BAILY, M. Wages and employment under uncertain demand. *The Review of Economic Studies*, Cambridge, jan. 1974.
- BALL, L., MANKIW, G., e ROMER, D. *The new Keynesian economics and the output inflation trade-off*. 1987, mimeo.

- BARRO, R., e GROSSMAN, H. A general disequilibrium model of income and employment. *American Economic Review*, Menasha, mar. 1971.
- BENASSY, J. P. *The economics of market disequilibrium*. Nova York, Academic Press, 1982.
- BLANCHARD, O., e FISCHER, S. *Macroeconomic theory*. 1988.
- BRECHLING, F., ed. *The theory of interest rates*. Londres, Macmillan, 1965.
- GAIN, G. The challenge of segmented labor market theories to orthodox theory: a survey. *Journal of Economic Literature*, Menasha, dez. 1976.
- CLAY, H. *The post-war unemployment problem*. Londres, Macmillan, 1929.
- CLOWER, R. W. The Keynesian counter revolution: a theoretical appraisal. In: BRECHLING, F., e HAHN, F., eds. *The theory of interest rates*. Londres, Macmillan, 1965.
- CORTÁZAR, R. *Wages in the short run: Chile, 1964-1981*. 1983 (tese não publicada).
- DIAMOND, P., e MASKIN, E. *Externalities and efficiency in a model of stochastic job matching*. Mass., MIT Press, 1980 (Serie MIT Working Paper).
- DOERINGER, P., e PIORE, M. *Internal labor markets and manpower analysis*. Lexington, Mass., D. C. Heath and Company, 1971.
- DUNLOP, J. The movement of real and money wage rates. *Economic Journal*, Londres, 1938.
- . *Industrial labor relations*. Nova York, Holt, 1958.
- EDWARDS, R., REICH, M., e GORDON, D. *Labor market segmentation*. Lexington, Mass., D. C. Heath and Company, 1982.
- FIELDS, G. Rural-urban migration, urban unemployment and under-employment, and job-search activity in LDC's. *Journal of Development Economics*, Amsterdam, jun. 1975.
- FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. *American Economic Review*, Menasha, mar. 1968.
- GEARY, P., e KENNAN, J. The employment-real wage relationship: an international study. *Journal of Political Economy*, Chicago, 90 (4), ago. 1982.

- GORDON, D. *Theories of poverty and underemployment: orthodox, radical and dual labor market perspectives*. Lexington, Mass., D. C. Heath and Company, 1972.
- GROSSMAN, H. *Risk shifting layoffs and seniority*. Providence, Brown University Press, 1976.
- GROSSMAN, H., e TREPETE, W. Risk shifting, statistical discrimination, and the stability of earnings. In: ROSEN, S., ed. *Studies in labor markets*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- HALL, R. *Labor supply and aggregate fluctuations*. Nova York, NBER, 1979 (Serie Occasional Paper, 385).
- HARBERGER, A. Cálculo del costo social de sustitución de la mano de obra. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, jun. 1971.
- HART, O. A model of imperfect competition with Keynesian features. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, 1982.
- HICKS, J. *Causality in economics*. Oxford, Basil Blackwell, 1979.
- KALDOR, N. A model of economic growth. *Economic Journal*, Londres, (67), 1957.
- KALECKI, M. *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy, 1933-1970*. Nova York, Cambridge University Press, 1971.
- KERR, C. Labor markets: their character and consequence. *American Economic Review*, Menasha, maio 1950.
- KEYNES, J. *The general theory of employment, interest and money*. Nova York, 1936.
- LEIJONHUFVUD, A. *On Keynesian economics and the economics of Keynes*. Nova York, Oxford University Press, 1968.
- LUCAS, R. Some international evidence on output-inflation tradeoffs. *American Economic Review*, Menasha, jun. 1973.
- LUCAS, R., e RAPPING, L. Real wages, employment, and inflation. *Journal of Political Economy*, Chicago, set./out. 1969.
- MALINVAUD, E. *The theory of unemployment reconsidered*. Oxford, Basil Blackwell, 1977.
- MARGLIN, S. *Growth, distribution and prices*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1984.

- MARX, K. *Value, price and profit*. Nova York, International Publisher, 1935.
- MCDONNALD, I., e SOLOW, R. Wages and employment in a segmented labor market. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, 1985.
- MELLER, P. Las diferencias (económicas) entre el mercado del trabajo y el mercado de las papas. *Colección Estudios Cieplan*, Santiago, dez. 1982.
- MINGER, J., e JOVANOVIĆ, B. Labor mobility and wages. In: ROSEN, S., ed. *Studies in labor markets*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- MORISHIMA, M. *Marx's economics: a dual theory of value and growth*. Cambridge, Cambridge University Press, 1973.
- NEARY, J. P., e STIGLITZ, J. Toward a reconstruction of Keynesian economics: expectations and constrained equilibria. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, 1983 (suplemento).
- OKUN, A. *Prices and quantities: a macroeconomic analysis*. The Brookings Institution, 1981.
- PATINKIN, D. *Money, interest and prices*. Nova York, Harper and Row, 1956.
- PHILIPS, E. S. *Microeconomic foundations of inflation and employment theory*. Nova York, W. Norton, 1970.
- PIGOU, A. C. *The theory of unemployment*. Londres, Macmillan, 1933.
- PIÑERA, S., e SELOWSKY, M. The opportunity cost of labor and the returns to education under unemployment and labor market segmentation. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, ago. 1978.
- REICH, M. Segmented labour: time series hypothesis and evidence. *Cambridge Journal of Economics*, Londres, mar. 1984.
- REICH, M., GORDON, D., e EDWARDS, R. A theory of labor market segmentation. *American Economic Review*, Menasha, maio 1973.
- . *Segmented work, divided workers: the historical transformation of labor in the United States*. Nova York, Cambridge University Press, 1982.
- ROBINSON, J. *The accumulation of capital*. Londres, MacMillan, 1956.

- . *Essays in the theory of economic growth*. Londres, MacMillan, 1962.
- SACHS, J. *Real wages and unemployment in the OECD countries*. Washington, D. C., Brookings Institution, 1983 (Serie Brookings Papers on Economic Activity, 1).
- SAMUELSON, P. *Foundations of economic analysis*. Nova York, Atheneum Publishers, 1967.
- SENGENBERGER, W. Labor market segmentation and the business cycle. In: Willson, F., ed. *The dynamics of labour market segmentation*. Nova York, Academic Press, Inc., 1981.
- SOLIMANO, A. *Devaluation, unemployment and inflation: essays on macroeconomic adjustment*. MIT, 1984 (Tese Doutoral inédita).
- . Emprego e salários reais: uma análise macroeconômica de desequilíbrio para o Chile e o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 17 (3):605-32, dez. 1987a.
- . Desempleo estructural en Chile: un análisis macroeconómico. *Estudios de Economía*, Santiago, dez. 1987b.
- SOUZA, P., e TOKMAN, V. El sector informal urbano en América Latina. *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, nov./dez. 1976.
- SWEETZ, P. *The theory of capitalist development*. Nova York, Monthly Review Press, 1942.
- TOBIN, J. Inflation and unemployment. *American Economic Review*, Menasha, mar. 1972.
- TOKMAN, V. *Una exploración de la naturaleza de las interrelaciones entre los sectores informal y formal*. Santiago, Prcalc, 1976 (Serie monografías sobre Empleo, 2).

(Originais recebidos em setembro de 1987. Revisos em agosto de 1988.)